

ABERTURA POLÍTICA, MILITÂNCIA MÚLTIPLA E PROTESTOS PÚBLICOS EM DEFESA DE CAUSAS AMBIENTAIS

*Wilson José Ferreira de Oliveira**

Resumo: Esse artigo examina as condições de emergência e as dinâmicas de utilização de manifestações e de protestos públicos na defesa de causas ambientais. A metodologia focalizou as relações entre o uso de tais formas de protesto, os tipos de causas defendidas e as características sociais das organizações e das lideranças que promovem e sustentam tais mobilizações. A pesquisa demonstrou que as modificações dos repertórios de ação colocados em prática na defesa ambiental estão relacionadas à ampliação dos usos instrumentais da escolarização e da formação profissional, à intensificação do fenômeno da militância múltipla e à transformação das bases sociais e das dinâmicas de ingresso em tal militantismo.

Palavras-chave: Protestos públicos. Processos políticos. Engajamento individual. Militantismo. Ambientalismo.

Abstract: This article examines the conditions of emergency and the dynamic of use of manifestations and public protests in the defense of environmental causes. The methodology focused the relations between the use of such forms of protest, the types of defended causes and the social characteristics of the organizations and the leaderships that promote and support such mobilizations. The research demonstrated that the modifications of repertoires of action in the defense of environmental causes are related to the increase of the instrumental uses of the university and professional formation, to the intensification of the multiple activism and to the transformation of the social bases and the dynamic of entrance in such activism.

Keywords: Public protest. Political processes. Individual involvement. Activism. Environmentalism.

APRESENTAÇÃO

Este artigo se insere numa problemática de investigação mais geral referente às condições de emergência e às dinâmicas do militantismo

* Mestre em Sociologia e Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal de Pelotas (UFPeL) e associado da Associação Brasileira de Antropologia (ABA).

ambientalista no Brasil e constitui um desdobramento de uma investigação anterior sobre as lógicas sociais de engajamento no ativismo ambiental entre 1970-2005 (OLIVEIRA, 2005). Ele faz parte de duas pesquisas ainda em andamento: uma, sobre as dinâmicas de fabricação e de utilização de manifestações e protestos públicos na defesa de causas ambientais (OLIVEIRA, 2007b), outra, sobre os processos de produção da política de expansão do eucalipto no Rio Grande do Sul (OLIVEIRA, 2007c). Esse conjunto de pesquisas tem nos colocado diante do desafio de considerar conjuntamente as transformações dos repertórios de ação coletiva e os processos de diversificação das bases sociais do ativismo na defesa de causas ambientais.

Tal proposta está alicerçada em discussões e confrontos relativos ao estudo dos chamados “movimentos sociais”, uma vez que foi com base nas análises sobre essa temática que se desenvolveram algumas das principais ferramentas analíticas para a investigação empírica das condições de emergência e das dinâmicas das manifestações e protestos públicos em defesa de causas ambientais. Todavia, na literatura nacional ainda são recentes os trabalhos que focalizam essa questão como objeto de investigação empírica. Isso porque a temática dos movimentos sociais emergiu nas ciências sociais brasileiras durante o processo de redemocratização, o qual se caracterizou por uma grande proliferação de organizações e “movimentos sociais” vinculados às mobilizações pela “democratização” (MISCHE, 1997). Trata-se de um contexto político no qual estavam em jogo, também para as camadas escolarizadas e intelectuais, a afirmação e o exercício de seu papel de “ator político” pela inserção em manifestações da “sociedade civil” e através de estratégias voltadas para fora do meio intelectual, tais como os partidos políticos, os movimentos sociais e as classes populares (PÉCAUT, 1990). Com isso, grande parte da produção acadêmica foi marcada pela atribuição da “potencialidade revolucionária” dos movimentos sociais para a “transformação” da sociedade e das estruturas de dominação existentes (CARDOSO, 1987). Em consonância com isso, as apropriações da literatura internacional e, mais especificamente, das teorias dos “Novos Movimentos Sociais” foi orientada pela preocupação teórico-normativa de defender a novidade, autonomia e resistência dos movimentos populares na “luta contra o Estado” (SADER; PAOLI, 1986; CARDOSO, 1987).

Em decorrência disso, observa-se que ainda são poucos os trabalhos na literatura nacional que focalizam as condições históricas e sociais de emergência e de transformação das formas de protesto em defesa de causas ambientais. Como salientam Alonso e Costa (2002), a partir de finais da década de 1980, os estudos sobre o ambientalismo passaram a se concentrar no “desenvolvimento sustentável” e foram produzidos “fora das ciências sociais” por especialistas das ciências naturais e das humanidades, tais como filósofos, geógrafos, demógrafos, biólogos, agrônomos,

jornalistas, entre outros, mas mantendo um “viés político, engajado”. Com isso, a categoria “movimento ecológico” foi praticamente abandonada pela literatura, passando-se a privilegiar os estudos dos processos de “degradação ambiental”, o que conduziu à multiplicação dos estudos sobre os “impactos sócio-ambientais” do desenvolvimento econômico e político e sobre as “estratégias alternativas” representadas pelas mobilizações ambientalistas (LOUREIRO; PACHECO, 1995). Isso decorre de fatores relacionados à própria dinâmica de configuração das ciências sociais no Brasil: por um lado, à emergência e expansão da formação universitária e profissional no Brasil como indissociáveis do engajamento e da participação política (DEZALAY; GARTH, 2002; CORADINI, 1998; PÉCAUT, 1990) e, por outro, à intensificação, nos últimos anos, de sua utilização como instrumento de politização para a atuação profissional em diferentes esferas de atividade (CORADINI, 2002). Sendo assim, semelhante ao que tem sido observado em outras situações nacionais (DEVAUX, 2005a, 2005b), no caso brasileiro, é a forte imbricação entre as abordagens científicas e o debate político, bem como a própria ausência do militantismo como objeto de estudo que se apresenta como um dos principais problemas de investigação (OLIVEIRA, 2005).

Diferentemente do que ocorria no Brasil, a literatura internacional nesse mesmo período estava passando por significativos avanços quanto ao desafio de elaboração de novas perspectivas teóricas e conceituais sobre a relação entre estruturas de oportunidades políticas, posição de classe e redes sociais no estudo das manifestações e protestos coletivos. Um dos problemas centrais que esteve no centro desse debate é o que diz respeito à apreensão dos processos de engajamento individual. Em decorrência das interações crescentes entre pesquisadores que explicavam a participação em manifestações e protestos coletivos com base na “origem de classe” de seus membros e os que focalizavam os “sistemas de interação” que conduzem os indivíduos às “ações coletivas”, novas ferramentas teóricas e metodológicas foram elaboradas. Até finais dos anos de 1960, as mobilizações operárias e sindicais tinham se fixado nas ciências sociais como uma espécie de “protótipo” para o estudo das mobilizações coletivas (GOHN, 1997). Foi somente com a emergência de mobilizações e movimentos como o dos direitos humanos, o das mulheres, o pela paz, o contra a guerra do Vietnã, o estudantil, o ambientalista, o antinuclear etc., que tal situação começou a mudar (NEVEU, 1996). De acordo com tais abordagens as disposições individuais para a participação em movimentos e protestos coletivos estão estreitamente ligadas às desigualdades das condições sociais de origem e dos respectivos capitais (sociais, econômicos, políticos e culturais) possuídos pelos diferentes agentes sociais, devendo ser apreendidas em relação à posição e trajetória social dos militantes (BOURDIEU, 1979; EDER, 2002). Em meio a uma grande variedade de posições teóricas e

metodológicas, tais estudos têm colocado em pauta o problema das relações entre condição de classe, disposições individuais e dinâmicas de participação política. Sem descartar a pertinência da estrutura e dos recursos organizacionais que possibilitam o surgimento de protestos coletivos, e em contraponto às abordagens centradas no “pertencimento de classe” dos militantes, um outro contingente de trabalhos tem salientado a importância dos “laços interpessoais” e das “redes pré-existentes” para a adesão e a continuidade do engajamento em mobilizações coletivas (GOHN, 1997). Conforme tais abordagens, a vinculação anterior ou simultânea a redes sociais constitui um espaço prévio de socialização, de formação das identidades e de aproximação das principais lideranças, organizações e princípios ideológicos que elas defendem (DIANI; MCADAM, 2003). Por isso, as “disposições psicológicas”, os recursos organizacionais e institucionais, bem como as características de classe somente funcionam como condições efetivas de engajamento quando aparecem associadas à existência de laços interpessoais e de vínculos anteriores com participantes dos movimentos. Assim sendo, um dos principais problemas destacados por tal literatura refere-se à relação entre inscrição dos atores numa multiplicidade de mundos sociais e dinâmicas de engajamento individual (FILLIEULE, 2001).

Em consonância com tais questões, esse trabalho defrontou-se com o problema referente às condições e aos processos sociais, políticos e culturais que tornam possível a emergência de mobilizações e de protestos coletivos. No tratamento dessa problemática, as análises orientadas pelas teorias da “estrutura de oportunidades” e dos “processos políticos” constituíram um ponto de partida fundamental, ao demonstrarem a pertinência do exame das características do contexto político no qual ocorre o ingresso em organizações de movimentos sociais e como tal contexto influencia tanto a estrutura organizacional dos movimentos quanto seus referenciais ideológicos e suas estratégias de ação (MCADAM; MCCARTHY; ZALD, 1996; PASSY, 1998). Todavia, no que pese a relevância desse ponto de partida, a apreensão dos processos de engajamento individual em manifestações e protestos coletivos constitui um dos problemas que não foram adequadamente considerados no âmbito de tais abordagens (TARROW, 1988; MATHIEU, 2002). Uma das alternativas propostas para contornar tal problemática tem sido a de investigar as relações entre as particularidades das configurações políticas e as condições e os processos de engajamento individual na defesa de causas coletivas (FILLIEULE, 2001; DEVAUX, 2005b). Para dar conta de tal desafio, um dos procedimentos presentes em grande parte da literatura consiste em examinar os recursos e os respectivos vínculos sociais e políticos que conduzem os indivíduos ao engajamento e à permanência no militância em diferentes contextos políticos.

Com base em tais orientações levanta-se a hipótese de que as transformações das formas de manifestação e de protestos coletivos estão es-

tratamento ligadas às características particulares do contexto político nacional e internacional, à medida que o tipo de contexto influencia a conformação dos tipos de causas, assim como dos respectivos atores, recursos e vínculos associados ao ativismo ambientalista. Nesse sentido, pode-se dizer que, no caso brasileiro, o contexto político denominado como de “abertura política” e de “redemocratização” constitui um marco do aparecimento de novos repertórios de ação coletiva na defesa de causas ambientais. Todavia, paralelo à modificação de um contexto de “fechamento” do sistema político para outro de “abertura política”, trata-se de salientar também que as modificações dos repertórios de ação coletiva colocados em prática na defesa ambiental decorrem de transformações significativas nas bases sociais do ativismo ambiental ou mais especificamente nos tipos de recursos e respectivos vínculos que conduzem à defesa de causas ambientais: de um lado, um militantismo composto por lideranças com origens sociais elevadas, estreitamente ligados às elites econômicas, militares, políticas e culturais, dotadas de disposições cosmopolitas adquiridas no universo familiar e reforçadas por meio de sua inserção na esfera internacional; do outro, um militantismo que se caracteriza pelo ingresso de indivíduos com origens sociais mais baixas e heterogêneas, predominantemente vinculados a organizações estudantis, partidárias e “movimentos sociais” diversificados e que são os principais protagonistas da aproximação entre as questões ambientais e as lutas sociais e políticas que agitavam o contexto político nacional naquele momento. Dentre os principais fatores que contribuíram para tal mudança destacam-se os seguintes: a ampliação dos usos instrumentais da escolarização e da formação profissional com vistas à politização e à articulação de diferentes esferas de atuação; a intensificação do “fenômeno da militância múltipla” que tornou as redes de liderança de diferentes organizações e movimentos sociais extremamente interligadas; a transformação das estruturas das redes interpessoais e institucionais vinculadas a tais mobilizações.

O material utilizado como fonte de informação consistiu, primeiramente, no levantamento de documentos e publicações sobre a história do movimento ambientalista, com o intuito de fazer um inventário do surgimento, das especificidades e das principais mudanças nos repertórios de ação coletiva que têm caracterizado as mobilizações ambientalistas entre 1970-2007. Em segundo lugar, na constituição de um banco de dados com base na coleta de artigos de jornais de âmbito regional sobre os protestos ambientais realizados entre 1997-2007, com o fim de elaborar uma espécie de “mapa” das diferentes modalidades de causas ambientais que são objeto de protestos públicos e do conjunto de organizações e lideranças que promovem e dão sustentação a tais mobilizações. Em terceiro lugar, na realização de entrevistas biográficas (BEAUD; WEBER, 1998) com as principais lideranças que exerceram o papel de “pessoa-ponte” (MISCHE, 1997) entre os diferentes tipos de organizações e movimentos vinculados aos protestos

realizados, com o objetivo de apreender suas trajetórias sociais, militantes e profissionais, seus vínculos anteriores e suas militâncias múltiplas em organizações e movimentos sociais diversificados.

CAUSAS INTERNACIONAIS, ABERTURA POLÍTICA E UTILIZAÇÃO DE PROTESTOS PÚBLICOS COMO INSTRUMENTO DE LUTA DO ATIVISMO AMBIENTAL

Até o início dos anos de 1970, as formas de mobilização em defesa de causas ambientais eram realizadas por lideranças cuja atuação em associações ambientalistas estava estreitamente vinculada à ocupação de cargos nos setores “técnico-científicos” e na burocracia estatal da época: tratava-se, por um lado, de naturalistas, botânicos, jornalistas, escritores e políticos e, por outro, de agentes que exerciam funções públicas ou burocráticas na administração estatal (OLIVEIRA, 2007a). Diferente do que acontecia nessa fase “conservacionista” ou “preservacionista”, os anos de 1970 se caracterizam pelo aparecimento de novos repertórios de ação coletiva: ações de denúncia, de mobilização da opinião pública, organização de manifestações de rua e de campanhas de politização de diversos temas etc. A utilização de manifestações e de protestos públicos torna-se, nesse período, um dos instrumentos principais das lutas ambientais contra o acordo nuclear Brasil-Alemanha, a poluição em Cubatão, o desflorestamento da Amazônia, o uso abusivo de agrotóxicos, a destruição de parques naturais, a conservação de reservas e espécies em extinção, entre outras.

Uma das primeiras batalhas objeto de protesto público foi a mobilização contra a poluição causada pelo funcionamento da indústria de celulose Borregaard instalada em Porto Alegre. A instalação de tal fábrica era apresentada na propaganda oficial do governo como “um salto no processo de industrialização”. Todavia, quando entrou em operação no mês de março de 1972, o “mau cheiro” que exalava acabou atingindo toda a cidade, e principalmente um dos donos do principal jornal do estado que tinha um haras próximo à empresa, dando origem a um dos “mais combativos movimentos de resistência ecologista” (DREYER, 2004). Conforme relatos da época, em função disso “os protestos pipocavam e, devido à cobertura da imprensa, se retroalimentavam”, constituindo uma campanha que unia organizações e lideranças de diferentes setores sociais: técnicos do governo, ativistas ambientais, entidades profissionais, a imprensa e políticos (BONÉS; HASSE, 2002). Outro evento de protesto exemplar está vinculado à luta contra a poda de árvores em Porto Alegre. Ele ocorreu na manhã de fevereiro de 1975 quando uma grande multidão se formou na frente da Faculdade de Direito da UFRGS, em uma das principais vias da cidade, em apoio a um estudante de engenharia elétrica sócio da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), que subiu numa das árvores que seriam

cortadas pelos funcionários da Secretaria Municipal de Obras para a construção de um viaduto. Tal protesto acabou na delegacia de polícia e foi notícia nos principais jornais regionais e nacionais, sendo considerado para muitos ambientalistas como o marco inicial de um “movimento ecopolítico no Brasil”.

Essas formas de protestos constituem um dos ingredientes principais das ações em defesa de causas ambientais nesse período. É o caso da manifestação em frente ao Palácio Piratini (Governo do Estado), organizada pelas lideranças da Associação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG), contra loteamentos implantados sobre nascentes de rios, encostas de morros e áreas de preservação ambiental, como foi o caso da empresa Barra do Ouro, com o Loteamento Ouroville em Porto Alegre. Como também de campanhas internacionais que envolviam manifestações públicas como a que aconteceu na passagem dos quarenta anos do lançamento da Bomba de Hiroshima. Dentre os diversos protestos públicos ocorridos nesse período, um evento exemplar em âmbito nacional foi a mobilização contra o “projeto de Itaipu” que, sob a promessa de construção da “maior hidrelétrica do mundo”, por parte do governo militar, iria fazer desaparecer o Parque Nacional de Sete Quedas. Tal mobilização, ocorrida no ano de 1982, reuniu de forma inédita grupos ambientalistas de diversas regiões do país e constituiu um marco de certas mudanças que começam a ocorrer nas dinâmicas de protesto em defesa de causas ambientais.

O *quarup Adeus Sete Quedas* reuniu num grande acampamento, durante três dias, cerca de 3.000 ambientalistas que surpreenderam o país com sua irreverente liberdade, apresentando um novo estilo de fazer política. O *quarup* foi uma cerimônia de adeus, mas não uma derrota. Mostrado pela imprensa como uma grande mobilização nacional, o *quarup* comoveu o Brasil. (URBAN, 2001, p. 98)

A emergência e propagação de tais formas de protesto estavam fundadas na existência de um conjunto novo de organizações e lideranças que passaram a atuar na defesa do meio ambiente. A fundação da AGAPAN no ano de 1971 em Porto Alegre, constitui um dos marcos principais desta “nova era” do “movimento ambientalista brasileiro”. Ela foi fundada por um grupo de profissionais liberais como médicos, arquitetos, advogados, agrônomos etc. e tinha um estilo de atuação que “inspirado nos movimentos ambientalistas surgidos nos EUA e na Europa nos anos 60, pautava-se pelo ativismo militante e pelo incentivo à mobilização cidadã, assumindo um caráter de vanguarda no ambiente repressivo que caracterizou a ditadura militar no Brasil” (SCHMITT, 1995, p. 87). Sua intervenção voltava-se para a publicação de artigos de denúncia na imprensa local e nacional, para a realização de reuniões abertas ao público em geral, chegando a reunir cerca de 300 pessoas, bem como pela promoção de palestras, debates, cursos e seminários. A maioria dessas campanhas eram “criadas

por inspiração, ação ou reação de Lutzenberger”, que era também quem atuava sempre “na linha de frente”. Como bem lembra o primeiro secretário da entidade, “Naquele tempo, da ditadura, as únicas notícias boas eram as nossas. Nós dominávamos a imprensa. Lutzenberg era um cara bom de imprensa. [...] Nós tomamos conta da imprensa em Porto Alegre” (DREYER, 2004). O acesso a essa forma de expressão era facilitado, segundo ele, pelo conhecimento de pessoas que trabalhavam na imprensa, destacando, inclusive, um irmão que trabalhava na Folha da Tarde. Desta forma, a AGAPAN aparecendo geralmente sob a liderança de Lutzenberger não perdia “oportunidade de aparecer na mídia”. Outra associação que teve um papel destacado nas manifestações e protestos realizados durante esse período é a ADFG. Ela foi criada inicialmente “para dar apoio político ao golpe militar de 1964”, sendo composta por um grupo de “senhoras provenientes de famílias abastadas de Porto Alegre”, geralmente filhas, irmãs ou esposas de empresários, de profissionais liberais, políticos, religiosos e de militares membros “da elite gaúcha” (URBAN, 2001; SCHMITT, 1995). Após o Golpe de Estado de 1964 sua intervenção tomou um caráter assistencialista e benemerente que tinha como objetivo principal “a formação da cidadania participativa e responsável”. Foi a partir do ano de 1972 que tal organização direcionou suas atividades para a defesa de causas ambientais, sendo influenciada pela atuação da AGAPAN e, principalmente, pela proximidade entre as principais lideranças de tais organizações (URBAN, 2001).

Dentre os fatores que possibilitaram a emergência desse conjunto novo de formas de protesto e respectivas organizações, destacam-se certas características do contexto político nacional e internacional. Por um lado, a propagação de protestos públicos estava fundada em alterações ocorridas nas dimensões formais e informais do ambiente político que propiciaram a ampliação das possibilidades de mobilização coletiva, decorrentes de vários aspectos: a eclosão de uma crise interna à coalizão dirigente do “regime autoritário”; a liberalização das formas de expressão política através da redução da censura prévia aos meios de comunicação; a Anistia e extinção do bipartidarismo que propiciou a diversificação de lideranças e dos movimentos sociais e a emergência de protestos de vários setores da sociedade constituindo um ciclo de protesto (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007). Em consonância com isso, pode-se considerar que as manifestações em defesa de causas ambientais ocorridas no Brasil nesse período foram em grande parte influenciada pela nova estrutura de oportunidades políticas possibilitadas pela Abertura: a diminuição da repressão aos protestos, a ampliação dos aliados potenciais dos ativistas ambientalistas em outros movimentos sociais, a maior permeabilidade das instituições políticas e administrativas, bem como a constituição de uma “agenda ambientalista internacional” (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007). Por outro lado, no âmbito

internacional, elas seguiam o exemplo de mobilizações desenvolvidas na Europa e nos EUA nos anos de 1960 voltadas à promoção de um “espaço internacional” de expressão e de reivindicação (OLLITRAULT, 1999). Trata-se de um cenário no qual a problemática ambiental emergia como um “discurso sem opositores”, como uma dessas “causas generosas que suscitam *a priori* a simpatia e que nenhum ator tem o interesse em colocar em causa” (JUHEM, 2001, 10), destacando-se como um dos marcos principais do período a realização em 1972 da Conferência de Estocolmo na Suíça. Nesse sentido, o fato de o discurso ambientalista, na situação em pauta, não se apresentar como uma contestação política ao “regime autoritário” vigente no Brasil constitui, certamente, um dos aspectos que contribuíram para o sucesso inicial das mobilizações levadas adiante pelos “fundadores” das primeiras organizações ambientalistas. Como bem salienta uma das lideranças do período, “Não éramos visto como uma ameaça direta, como subversivos. Nosso discurso era político, mas era um conteúdo difícil de decifrar. Não estávamos falando contra o regime, falávamos contra todo um modelo”. (DREYER, 2004, 192).

Concomitante à modificação das estruturas de oportunidades políticas e do arcabouço organizacional do ativismo ambientalista, esse período se caracterizou também por transformações significativas nas bases sociais do militantismo em defesa de causas ambientais. Nesse sentido, um dos aspectos que contribuiu para o sucesso de tais mobilizações reside no fato das principais lideranças das manifestações e protestos públicos realizados serem recrutadas em famílias de posição elevada e manterem relações estreitas (parentesco, afetivas e de amizade) com as elites culturais, militares, políticas e religiosas da época (OLIVEIRA, 2007a). A respeito disso vale a pena citar as fundadoras da ADFG quando relatam os contatos estabelecidos com os dirigentes militares do período em decorrência de algumas manifestações que estavam desenvolvendo no período e que se chocavam com os interesses dos governantes. O primeiro refere-se à luta contra o loteamento Ouroville e à reunião com o Secretário de Segurança do Estado do Rio Grande do Sul, que se viu diante de “nomes que nenhum deles poderiam enfrentar: Kessler, Renner, Lia Pires” (entrevista). A segunda citação diz respeito a uma audiência com o Presidente do Brasil Ernesto Geisel para conversar, principalmente, sobre a campanha que vinham desenvolvendo sobre o planejamento familiar.

Então, nós ficamos independentes. E nós tínhamos as costas muito quentes, com Castelo Branco. E, depois, tivemos também com Geisel. E nós tivemos, na verdade, modéstia à parte, bastante tino pra ir dizer pro segurança que nós queríamos a proteção da segurança, da Brigada e tal. Escrever pra Casa Militar do Presidente, dizendo que mais uma vez, de acordo com aquilo que, voluntariamente, nós tínhamos nos empenhado, na reconstrução, aperfeiçoamento e demo-

cracia, nós viemos fazer mais isso, mais aquilo e tal. Eles não queriam se incomodar conosco. Isso é verdade. Não valia a pena (entrevista)

Bom, porque aquilo naturalmente foi uma glória, né, isso foi uma glória, ninguém conseguiu falar com o Geisel, nós, nós ficamos conversando com ele mais de 45 minutos e ele olhou pra nós: a senhoras tem mais um assunto? Não, não presidente, nós trouxemos os nossos assuntos como a Amazônia e o planejamento familiar, né. [...] e aí a Giselda olhou pra ele e disse: “Presidente nós vamos continuar trabalhar mesmo que tenha que ser contra o seu governo”. E aí, e tu sabes o que ele disse? “Continue trabalhando”. [...] Então, então aquilo tudo a gente tinha que usar um pouquinho, sabe como é, um pouquinho de jogo de cintura também, né. E, enfim, nós, nós, há, passamos bem aquele época toda, não, não houve nada de coisas muito desagradáveis. E de vez em quando tinham umas coisas bem engraçadas. (entrevista)

MILITÂNCIA MÚLTIPLA, REDES DE ORGANIZAÇÕES E PROLIFERAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SETORIAIS

Durante os anos de 1980 observa-se um aumento expressivo do número de organizações ambientalistas, bem como uma maior diversificação dos tipos de reivindicações e bandeiras de lutas que passaram a integrar a atuação das organizações e lideranças (SCHMITT, 1995). Nesse sentido, pode-se falar da década de 1980 como o marco da “explosão” do número de associações ambientalistas brasileiras. No caso do Rio Grande do Sul, observa-se que, do total de associações existentes entre 1970 e 2004, apenas 18% foram criadas nos anos de 1970, enquanto um percentual de 82% corresponde às que surgiram entre os anos de 1980 e início dos anos 2000. Tomando-se como referência as mobilizações ocorridas na década anterior, pode-se dizer que nos anos de 1980 se assiste ao surgimento de uma “segunda geração” de organizações e de lideranças ambientalistas, resultado de uma maior articulação dos mais diferentes grupos e organizações sociais às lutas ambientais: organizações religiosas, estudantis, ONG’s “sociais”, sindicatos, partidos políticos, universidades e centros de pesquisa, agências governamentais etc.

Um bom exemplo dessa maior aproximação entre lutas “ambientais” e “sociais” é a criação do Núcleo de Ecologistas do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1985, com base na iniciativa de dirigentes das principais associações ambientalistas que também faziam parte do referido partido. Tal núcleo tinha como objetivo principal reunir os “ecologistas petistas” que atuavam em diferentes entidades e propor uma intervenção organizada no “movimento ecológico gaúcho” (TORNQUIST, 1992). Além do surgimento dessas e de outras entidades e da vinculação de organizações às mais diversas em torno de lutas comuns, foi também nesse período que as organizações ambientalistas começaram a se articular com partidos políticos para apoiar as candidaturas de lideranças comprometidas com a causa ambiental. Isso ocorreu durante a campanha pelas diretas, nas eleições de 1986 para a

constituente com a elaboração de “listas verdes”, na formulação de uma proposta de governo que se intitulou “Proposta de Vida para Porto Alegre” e que foi entregue para todos os candidatos às eleições municipais, assim como na eleição de dois “vereadores ecologistas” pelo PT, em 1988, que faziam parte da diretoria da AGAPAN e eram também do Núcleo de Ecologistas do PT. Trata-se, portanto, de um período no qual ocorre uma forte imbricação entre “lutas ambientais” e “sociais” que se manifesta, principalmente, pela maior aproximação entre associações ambientalistas, sindicatos, ONG’s “sociais” e grupos herdeiros dos movimentos populares da década de 1970, bem como pela incorporação de forma generalizada de debates e reivindicações ambientais pelos setores empresariais, órgãos jurídicos, agências governamentais, partidos políticos, universidades e centros de pesquisa.

Várias manifestações e protestos realizados nesse período exemplificam essa forte imbricação entre lutas “ambientais” e “sociais”. Uma situação exemplar é o caso da aprovação da Lei Estadual de Agrotóxicos, em 1983, cuja elaboração contou com a articulação de diversos tipos de organizações sociais, o que resultou na participação de aproximadamente 100 entidades. Outro caso também ilustrativo foi a luta contra a instalação do II Pólo Petroquímico próximo à Porto Alegre, à beira da “Lagoa dos Patos”, que ocorreu no início dos anos de 1980. Nesse caso, os protestos contra o Governo do Estado, que era favorável a tal instalação, contaram também com o apoio e a participação de diversas organizações que não eram vinculadas às lutas ambientalistas, tais como entidades profissionais e comunitárias, bem como políticos de oposição. Tais mobilizações se caracterizaram pela inauguração de novas formas de fazer protesto, que foi a realização de shows, seminários, acampamentos à beira da “Lagoa dos Patos”, divulgação de cartilhas e pela manutenção de um intenso debate na imprensa acerca do projeto.

As transformações ocorridas nas estruturas de oportunidades políticas vinculadas ao processo de redemocratização constituem, sem dúvida, um dos ingredientes principais dessa maior aproximação entre lutas “ambientais” e “sociais”, à medida que se caracterizou por uma grande afluência de organizações, grupos e lideranças dos mais diversos setores sociais que se mobilizam contra a ditadura através de manifestações de rua pela “democratização”. Acrescente-se a isso a expansão e diversificação do ensino superior, no sentido de que, muito mais do que uma simples expansão formal, há principalmente uma acentuada ampliação das redes sociais vinculadas à formação universitária (CORADINI, 2002). Como demonstra Mische (1997, p. 144), durante esse período a grande maioria dos estudantes universitários são socializados, com mais frequência, “fora da escola”, mediante redes diversificadas de estudo, trabalho e sociabilidade. Dessa forma, assiste-se a uma grande ampliação das formas de participação social

e política dos estudantes universitários em redes diversificadas de movimentos, partidos e outras organizações que se cruzam nas mobilizações pela “redemocratização”. Esse maior entrelaçamento de organizações diversificadas durante o processo de redemocratização favoreceu o surgimento de redes de liderança de diferentes organizações e movimentos sociais extremamente interligadas e intensificou o “fenômeno da militância múltipla” (MISCHE, 1997).

Esse conjunto de mudanças contribuiu para a modificação das bases sociais do militantismo ambientalista, uma vez que a inserção anterior ou simultânea em diversas redes de organizações e de “movimentos sociais” se tornou um dos condicionantes principais do ingresso, da permanência e da ocupação de postos nas organizações e instâncias que atuam na defesa de causas ambientais. Diferentemente do padrão de participação no ambientalismo encontrado no período anterior trata-se agora de indivíduos com origens sociais mais baixas e heterogêneas, que têm como principal base de recursos as inserções e os vínculos estabelecidos no decorrer de seus itinerários familiar, escolar e profissional com organizações e “movimentos sociais” diversificados (estudantis, sindicais, partidárias, religiosas etc.) e cujas concepções de participação política remetem à politização das mais diferentes esferas de atividade com base nesse intenso militantismo (OLIVEIRA, 2005, 2007a). Com isso, houve um crescimento e uma maior diversificação do potencial de retribuição da participação no ambientalismo. Tal militantismo passou a ser associado à ocupação de postos profissionais nas administrações públicas e burocracia estatal, nos partidos políticos, nos meios acadêmicos e universitários, em organizações e grupos profissionais, em empresas de consultoria etc. com base em recursos e vínculos estabelecidos por meio da inserção anterior ou simultânea em organizações e movimentos sociais variados e no maior entrelaçamento entre as redes de lideranças que atuam nessas diversas esferas de atividade.

Em consonância com esse conjunto de mudanças, observa-se uma significativa modificação das estruturas das redes interpessoais e institucionais de articulação das organizações ambientalistas. Na década de 1970, as redes de parentesco e de amizade decorrentes da bagagem cultural propiciada pela origem social elevada das principais lideranças e as relações estreitas reforçadas pela grande proximidade de suas condições sociais, políticas e culturais com as elites econômicas, políticas e governantes da época constituem um dos traços pertinentes para a apreensão das estruturas organizacionais que caracterizavam as intervenções dos ambientalistas. Ao invés de estar fundada na formalização das vias de acesso aos canais institucionais, elas dependiam fortemente das relações informais estabelecidas entre os ambientalistas “pioneiros” e as elites governantes. A partir dos anos de 1980, isso ocorre com base na inserção e na militância anterior e/ou simultânea em múltiplas redes de organizações e “movimentos sociais”, bem

como em concepções de engajamento e perspectivas de retribuição bem diferenciadas. Tais mudanças tornaram mais difíceis as articulações das associações e de suas intervenções e a criação de estruturas formais que impliquem uma demarcação mínima das fronteiras institucionais, políticas e ideológicas do conjunto de organizações que fazem parte da defesa ambiental. Em decorrência disso, o modo de expansão das associações ambientalistas se caracterizou pela proliferação de organizações e pela atomização e fragmentação das manifestações e dos protestos realizados.

Nesse sentido, ao contrário das abordagens que enfatizam a diminuição dos protestos públicos, decorrente da maior institucionalização e profissionalização do associativismo ambientalista, um levantamento em artigos de jornais entre 1997-2007 evidenciou justamente o contrário: ou seja, um aumento progressivo da quantidade de manifestações e protestos realizados nos últimos anos, de modo que 71% dos protestos realizados no período ocorreram entre 2003-2007. No entanto, essa intensificação da quantidade de protestos está associada a uma maior dispersão das formas de intervenção das associações ambientalistas. Isso porque a imensa maioria dessas manifestações é realizada por um número muito pequeno de organizações, sendo raros os casos em que as mesmas associações apóiam ou participam dos mesmos protestos. Desse modo, o aumento significativo dos protestos em defesa de causas ambientais se mostra estreitamente ligado à proliferação, atomização e fragmentação das intervenções associativas, decorrentes da diversificação das redes institucionais e interpessoais interligadas ao ambientalismo. A vinculação simultânea dos ativistas a diversos tipos de organizações e “movimentos sociais” contribuiu para a proliferação das bandeiras de luta e, principalmente, para a multiplicação e fragmentação dos repertórios de ação coletiva vinculados às intervenções das organizações ambientalistas.

CONCLUSÕES

As análises sobre as condições e as dinâmicas sociais de utilização de manifestações e protestos coletivos na defesa de causas ambientais têm privilegiado as perspectivas que destacam a importância de tais eventos seja para a constituição de um “espaço internacional” de expressão e de reivindicação (OLLITRAULT, 1999), seja para o ingresso do ambientalismo na “agenda dos problemas nacionais” (LOUREIRO; PACHECO, 1992; ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007). Nessa perspectiva, é por meio de manifestações e de protestos públicos que a “questão ambiental” desponta como uma “questão política” no Brasil, passando a ser integrada na “agenda dos problemas nacionais” e que os problemas ambientais começam a “ocupar espaço crescente nos meios de comunicação e na opinião pública,

mobilizando grupos em torno da defesa ambiental e formando o que se pode denominar de consciência ambiental no país” (LOUREIRO; PACHECO, 1995). Em consonância com essas abordagens que pressupõem certa “pregnância da política instituída na definição dos movimentos sociais”, como bem salientou Péchu (2007), encontra-se um conjunto de trabalhos que salientam a transformação do ativismo ambientalista no sentido de uma maior institucionalização e profissionalização de suas intervenções. Dessa forma, tem sido destacada a diminuição do uso de manifestações e protestos coletivos nas lutas ambientais em consequência da predominância das intervenções associativas em reuniões de conselhos, comitês e redes de proteção ambiental, bem como em congressos, encontros e fóruns voltados para a elaboração e discussão das diretrizes que devem pautar a implementação de políticas ambientais.

Em artigo anterior demonstrou-se que as dinâmicas de institucionalização e de profissionalização do ativismo ambiental e de suas intervenções em instâncias formais de proteção ambiental estão relacionadas a concepções particulares de participação, assim como a recursos, trajetórias e modalidades de inserção específica dos ativistas em diferentes tipos de organizações e “movimentos sociais” (OLIVEIRA, 2007d). Tal análise difere das que caracterizam a institucionalização do militantismo ambientalista como um processo linear que resultaria de sua participação regular em instâncias formais de proteção ambiental e da imposição da formação escolar e universitária como requisito principal para o ingresso e o exercício da atividade militante, à medida que salienta as particularidades dos processos de institucionalização em função das concepções e dos tipos de recursos vinculados ao militantismo. Dando continuidade a tais análises, procurou-se evidenciar neste trabalho que os anos de 1980 constituem um marco da modificação nas estruturas das redes e dos tipos de vínculos que conduzem à participação em manifestações e protestos coletivos em defesa de causas ambientais. Nesse sentido, ao invés de resultar da maior institucionalização e profissionalização do associativismo, tais formas de protestos expressam modificações significativas nas próprias dinâmicas de organização e de articulação do ambientalismo. Como bem salientou um dos entrevistados, reportando-se ao “sucesso” das manifestações ocorridas em meados dos anos de 1980, tais formas de protesto “serviram para medir a capacidade de mobilização” do movimento. É uma avaliação semelhante que se encontra na descrição de um dos participantes do “acampamento ecológico” durante as mobilizações do “quarup Adeus Sete Quedas”, quando afirma que tal evento teve um significado “forçosamente mais profundo que sua grandeza expressa em números” (URBAN, 2001), principalmente quando se lembra que tal protesto constituiu uma das primeiras oportunidades de encontro e de articulação dos diversos grupos de ambientalistas existentes em diferentes regiões do país.

Desse modo, ao invés de se constatar uma redução do número de manifestações e de protestos públicos em decorrência da maior institucionalização e profissionalização da luta ambiental, o que se observa é uma intensa proliferação de tais repertórios de ação coletiva. Em consonância com os trabalhos de Favre (2007), quando critica a redução das “ações manifestantes” a um “direcionamento” estratégico para as autoridades políticas e para sua inserção no “espaço propriamente político”, um dos principais desafios levantados pela observação dessa proliferação de manifestações e protestos ambientais diz respeito à apreensão de sua importância para as dinâmicas internas de organização e de articulação das organizações e lideranças vinculadas à defesa de causas ambientais. Foi justamente nesse sentido que, no decorrer deste artigo, evidenciou-se a relação entre tais formas de protesto e as respectivas estruturas das redes interpessoais e institucionais vinculadas ao ambientalismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALONSO, Â.; COSTA, V. Ciências Sociais e meio ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico. *BIB, ANPOCS*, n°. 53, pp.35-78, 2002.
- ALONSO, Â.; COSTA, V.; MACIEL, D. A. O processo de formação da rede de ativismo ambientalista no Brasil. *CONGRESSO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA, XIII, 2007*, Recife. Anais da SBS, 2007.
- BEAUD, S.; WEBER, F. *Guide de l'enquête de terrain*. Paris: La Découverte, 1998.
- BONES, E.; HASSE, G. Pioneiros da Ecologia. Breve história do movimento ambientalista no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Já Editores, 2002.
- BOURDIEU, P. *La distinction. Critique sociale du jugement*. Paris: Minuit, 1979.
- CARDOSO, R. L. Movimentos sociais na América Latina. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 1, n° 3, fev.1987.
- CORADINI, O. L. Escolarização, militantismo e mecanismos de “participação” política. In: HEREDIA, B.; TEIXEIRA, C.; BARREIRA, I. (Orgs.). *Como se Fazem Eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002, pp. 103-153.
- _____. Panteões, iconoclastas e as Ciências Sociais. In: FELIX, L. O. e ELMIR, C. P. (Orgs.). *Mitos e Heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: EDUFRGS, 1998, pp. 209-235.
- DEVAUX, S. *Engagements associatifs et postcomunisme*. Le cas de la République Tchèque. Paris: Belin, 2005a.
- _____. *Les nouveaux militantismes dans l'Europe élargie*. Paris: L'Harmattan, 2005b.
- DEZALAY, Y.; GARTH, B. *La mondialisation des guerres de palais*. La restructuration du pouvoir d'État en Amérique Latine, entre notables du droit et “Chicago Boys”. Paris: Seuil, 2002.
- DIANI, M.; McADAM, D. (Eds.) *Social movements and networks*. Relational approaches to collective action. New York: Oxford University Press, 2003.
- DREYER, L. *Sinfonia inacabada*. A vida de José Lutzenberger. Porto Alegre: Vidicom Audiovisuais, 2004.

EDER, K. *A Nova política de classes*. Bauru: EDUSC, 2002.

FAVRE, P. Les manifestations de rue: entre espace privé et espaces publics. In : FAVRE, P., FILLIEULE, O.; JOBARB, F. *L'Atelier du Politiste*. Théories, actions, représentations. Paris : La Découverte/PACTE, 2007. pp. 193-213.

FILLIEULE, O. Propositions pour une analyse processuelle de l'engagement individuel. *Revue Française de Science Politique*, Paris, vol 51, n° 1-2, pp. 199-215, fév./avr., 2001.

GOHN, M. G. *Teoria dos movimentos sociais*. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

JUHEM, P. La légitimation de la cause humanitaire: un discours sans adversaires. Paris, *Mots*, n° 65, pp. 9-27, avr. 2001.

LOUREIRO, M. R.; PACHECO, R. S. Formação e consolidação do campo ambiental no Brasil: Consensos e disputas (1972-1992). *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, vol. 29, n° 4, pp. 137-153, out/dez. 1995.

MATHIEU, L. Rapport au politique, dimensions cognitives et perspectives pragmatiques dans l'analyse des mouvements sociaux". *Revue Française de Science Politique*, Paris, vol. 52, n° 1, pp. 75-100, 2002.

McADAM, D.; MCCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. (Eds.) *Comparative perspectives on social movements*. Political opportunities, mobilizing structures and cultural framings. Cambridge/ New York: Cambridge University Press, 1996.

MISCHE, A. De estudantes a cidadãos. Redes de jovens e participação política. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n°. 5/6, pp. 134-150, 1997.

NÉVEU, E. *Sociologie des mouvements sociaux*. Paris: La Découverte, 1996.

OLIVEIRA, W. J. F. Gênese e redefinição da causa ambiental no Brasil. *REUNIÃO ANUAL DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL*, VII, Porto Alegre. Porto Alegre, Anais da RAM, 2007a.

_____. *Paixão pela natureza: atuação profissional e participação na defesa de causas ambientais no Rio Grande do Sul entre 1970 e início dos anos 2000*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005. Porto Alegre.

_____. Manifestações, protestos e defesa de causas ambientais no Rio Grande do Sul. *Projeto de Pesquisa CNPq*, [S.l.: s.n], 2007b.

_____. Políticas públicas de gestão ambiental e modelos de “desenvolvimento regional”: referenciais, atores e ações vinculadas ao plantio de eucalipto no Rio Grande do Sul”. *Projeto de Pesquisa FAPERGS*, [S.l.: s.n], 2007c.

_____. Redes sociais, reconversão profissional e participação em conselhos e instâncias de proteção ambiental no Rio Grande do Sul. In: *Teoria & Sociedade*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2007d.

OLLITRAULT, S. De la caméra à la pétition-web: le répertoire médiatique des écologistes. In : NEVEU, E. (Dir.). *Médias et mouvements sociaux*. Reseaux, Paris, Hermès Science Publications, n° 98 pp. 153-185, 1999.

PASSY, F. *L'action altruiste*. Paris-Genève: Droz, 1998.

PÉCAUT, D. *Os Intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo, Ática, 1990.

PECHU, C. “Laissez parler les objets”. De l'objet mouvements sociaux aux mouvements sociaux comme objets. In : FAVRE, P. ; FILLIEULE, O. ; JOBARB, F. *L'atelier du politiste*. Théories, actions, représentations. Paris: La Découverte/PACTE, 2007, pp. 59-78.

SADER, E.; PAOLI, M. C. Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro (notas de leitura sobre acontecimentos recentes). In: CARDOSO, R. *A Aventura Antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986. pp. 39-68.

SCHMITT, C. J. Mata de Araucárias: a região norte do Rio Grande do Sul. In: CARVALHO, I.; SCOTTO, G. (Coords.) *Conflitos sócio-ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graphos, 1995. pp. 25-101.

TARROW, S. National politics and collective action: recent theory and research in Western Europe and the United States”. *Annual Review of Sociology*, 14, pp. 421-440, 1988.

TORNQUIST, C. S. *O planeta e o quintal: o movimento ecológico frente à administração popular em Porto Alegre em Porto Alegre*. 1992. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Política) – Universidade de Santa Catarina, Florianópolis.

URBAN, T. *Missão (quase) impossível*. Aventuras e desventuras do movimento ambientalista no Brasil. São Paulo: Peirópolis, 2001.